



**ATA DA 2ª AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA C/C TERMO DE COMPROMISSO SOBRE OS "ACORDOS PACTUADOS EM DECORRÊNCIA DA TABELA SALARIAL DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES; LOB; PROMOÇÃO DE POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES; E OUTROS ASSUNTOS RELATIVOS A CATEGORIAL POLICIAL MILITAR E BOMBEIRO MILITAR"- E ESPECIFICAMENTE SOBRE: A METODOLOGIA DE CÁLCULO UTILIZADA NO PCCR'S DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PELO TRIBUNAL DE CONTAS.**

Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se em Audiência de Instrução Legislativa nos termos do **artigo 47-A do Regimento Interno** e da **Lei nº 3.951, de 19 de dezembro de 2016**, no Plenário desta Casa de Leis, o **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID**, e os convidados: CEL BM FELIPE BERNARDO VITAL-**Secretário/SESDEC**, BEATRIZ BASÍLIO MENDES-**Secretária/SEPOG**, LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA – **Secretário/SEFIN**; FRANCO MAEGAKI ONO – **Secretário Adjunto/SEFIN**; DANIEL PIEDADE DE OLIVEIRA SALES – **SEFIN/COTES**; CEL PM REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO-**Comandante-Geral da PM** e CEL BM NIVALDO DE AZEVEDO PEREIRA- **Comandante-Geral – CBMRO**, para dar continuidade à aos debates sobre os "*Acordos pactuados em decorrência da tabela salarial dos policiais e bombeiros militares; LOB; promoção de policiais e bombeiros militares; e outros assuntos relativos a categoria Policial Militar e Bombeiro Militar*". O Senhor **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** declarou aberta a audiência, apresentando e agradecendo a presença de todas as autoridades. A audiência foi iniciada com o Deputado esclarecendo que esta audiência será bem dinâmica para tratar especialmente sobre a metodologia de cálculo utilizada no **PCCR'S DAS FORÇAS DE SEGURANÇA** pelo Tribunal de Contas. Em seguida, foi passada a palavra para o **Secretário/SEFIN LUIS FERNANDO** que informou que o reajuste concedido foi objeto de bastante estudo em virtude do impacto que ele causaria; Explanou, resumidamente, como é feita a estimativa de receita; Afirmou que existem algumas divergências metodológicas entre o cálculos do Estado e do Tribunal de Contas; Disse que existem elementos suficientes de que há plenas condições de manter o PCCR previsto sem qualquer risco fiscal; Após, o **Deputado Jesuíno**



passou a palavra para a **Secretária/SEPOG BEATRIZ BASÍLIO** que informou que foi feita análise de despesa de pessoal, alegando existir uma divergência metodológica entre os cálculos do Executivo e TCE; Que fora feita uma defesa juntamente com a PGE e que será entregue ao Tribunal de Contas; Afirmou que os aumentos concedidos à SESDEC possuem guarida no orçamento de 2024, 2025 e 2026; Afirmou que o Tribunal de Contas aplicou uma metodologia acumulativa; Que não houve extrapolação da margem concedida à SESDEC; O **DEPUTADO JESUÍNO** indagou sobre o impacto geral/global do realinhamento de todas as forças; Também indagou qual é o limite/margem de erro que o Estado suportaria; O **Secretário/SEFIN LUIS FERNANDO** informou que desde maio a arrecadação do Estado vem crescendo; que o Estado irá realizar a arrecadação prevista na LOA; que há previsão que o Estado continuará na rota de crescimento de receita; O **DEPUTADO JESUÍNO** indagou sobre o Requerimento feito pelo Deputado Luizinho Goebel sobre operações de créditos? **Secretário/SEFIN LUIS FERNANDO** informou que a infraestrutura do Estado permite que o Estado contrate operações de créditos e que todos os Estados brasileiros recorrem a operações de créditos; que o Estado de Rondônia possui solidez financeira para realizar operações de créditos; Informou que Rondônia tem “espaço fiscal” de mais de novecentos milhões de reais; Ressaltou que não há nenhuma contraindicação – mesmo em um espaço de contingenciamento – de realizar operações de créditos; que o financiamento de infraestrutura somente com recursos próprios não é saudável para o Estado; que o Estado de Rondônia compromete apenas 1,68% de seu orçamento com o total das operações – sendo que a LRF permite o comprometimento de até 200% da despesa corrente líquida; O **DEPUTADO JESUÍNO** questionou sobre a dívida do BERON/Os valores referentes aos servidores que foram transpostos para a UNIÃO/E qual é o percentual de investimento do Estado? Ao que o **Secretário/SEFIN LUIS FERNANDO** informou que é de 10%; Que atualmente o Estado paga 17 milhões de dívidas por mês e que não há comprometimento do orçamento; informou que o Estado ainda está arrecadando abaixo do que está previsto na LOA, mas que estamos em uma crescente desde maio; Que já foi feita uma flexibilização no Decreto de



contingenciamento para atender algumas Secretarias; Que em relação aos servidores transpostos, foi reconhecido pela Justiça que a UNIÃO é responsável pelos pagamentos dos salários dos servidores desde o protocolo de pedido da transposição; que o Estado está aguardando este encontro de contas; **Secretária/SEPOG BEATRIZ BASÍLIO** informou que a operação de crédito não é uma vilã, muito pelo contrário, quando bem aplicada, é uma excelente aliada de políticas públicas; que Rondônia diminuiu mais de 800 milhões de dívidas públicas; Em seguida, o **Comandante-Geral - CBMRO CEL BM NIVALDO** agradeceu o empenho da equipe técnica do Estado de Rondônia por sustentar o trabalho feito com o realinhamento do salário das forças armadas. Da mesma forma, **Comandante-Geral da PM CEL PM BRAGUIN** enalteceu o trabalho do Poder Executivo, sobretudo a lisura e cautela no trabalho técnico, aduzindo que as explicações feitas pelos Secretários de Estado trazem uma tranquilidade a todos, sobretudo em relação aos questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas e que a PM continua focada no bem-servir, colocando-se à disposição; **Secretário/SESDEC CEL BM FELIPE BERNARDO VITAL** iniciou a sua fala informando que hoje foram assinadas as promoções, com quebra de interstício; que o Estado vem caminhando bem, inclusive com crescimento em relação ao ano passado; que existem várias frentes de trabalhos da PM; que tudo reflete na segurança pública; Após, o **POLICIAL PENAL CLEBER** informou que a classe estava com uma expectativa de salário melhor para a categoria; que, às vezes, existem 30 (trinta) presos "soltos" no presídio e 10 (dez) policiais penais; que a estimativa de vida de um policial penal é de 45 anos; que a classe inicial teve aumento de 4 reais e ainda perdeu o vale transporte; que, atualmente, possui dificuldades para manter a equipe motivada; ressaltou que o último concurso da classe foi há mais de 14 anos; Em seguida, foi passada a palavra para a **ADVOGADA DRA. ADA DANTAS** aduziu que as informações trazidas sobre a capacidade fiscal do Estado lhe conferiram conforto e que agora devemos envidar esforços para concretizar as promoções da carreira militar; Após, **SEFIN/COTES DANIEL PIEDADE DE OLIVEIRA** ressaltou a importância de discutir esse tema, enaltecendo o zelo que o



Governo tem com as contas públicas. Por fim, o **DEPUTADO JESUÍNO** fez as considerações finais e encerrando a audiência, agradeceu a presença de todos os presentes. Destacou, ainda, que com a realização desta audiência de instrução, **houve a perda do objeto da convocação das autoridades presentes** ; A Audiência de instrução legislativa foi encerrada às dezesseis horas e cinquenta minutos.

E, a fim de firmar o **TERMO DE COMPROMISSO**, nesta audiência de instrução legislativa, **as autoridades públicas signatárias assumem, nos termos dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º, todos da Lei nº 3.951/2016, c/c o art. 47-A e seus respectivos parágrafos, do Regimento Interno, o compromisso** de viabilizar soluções - jurídicas e administrativas - das demandas apresentadas nesta audiência, quais sejam: **A EQUIPE TÉCNICA DO GOVERNO SIGNATÁRIA DA PRESENTE ATA C/C TERMO DE COMPROMISSO GARANTE QUE NÃO HAVERÁ NENHUMA POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO DAS SEGUNDAS E TERCEIRAS PARCELAS**, afirmando de forma categórica que não haverá nenhum prejuízo às forças de segurança.

Especificamente em relação às matérias cuja autoria da proposta legislativa seja de outros Poderes ou Órgãos, a autoridade signatária se responsabiliza em promover as devidas modificações/elaboração de minuta da respectiva matéria legislativa com o objetivo de cumprir o pleito deliberado nesta audiência de instrução legislativa.

Por fim, destaca-se que, em havendo descumprimento dos compromissos firmados nesta Ata, a parte proponente poderá pleitear a responsabilização jurídica a autoridade pública compromissada, nos termos da Lei nº 3.951, de 2016. E em nada a mais sendo a tratar, dou por encerrada a presente Ata.

**JESUÍNO BOABAID**

Deputado Estadual que presidiu a Audiência de Instrução Legislativa



  
**CEL BM FELIPE BERNARDO VITAL**  
Secretário/SESDEC

  
**BEATRIZ BASÍLIO MENDES**  
Secretária/SEPOG

  
**LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA**  
Secretário/SESDEC

  
**FRANCO MAEGAKI ONO**  
Secretário Adjunto/SESDEC

  
**CEL PM REGIS WELLINGTON BRAGUIN  
SILVERIO**  
Comandante-Geral da PM

  
**CEL BM NIVALDO DE AZEVEDO PEREIRA**  
Comandante-Geral – CBMRO

  
**DANIEL PIEDADE DE OLIVEIRA**  
SEFIN/COTES